

Ao começar a escrever essa apresentação, me ocorreu algo que nunca havia me ocorrido com tanta intensidade: a sensação de que tudo parece óbvio demais, dito demais, simples demais, repetitivo demais. Uma sensação de que qualquer coisa que eu diga já deve ter sido dita antes. Mas, não apenas isso: uma sensação de que qualquer coisa pode ser resgatada em minutos, desde que se recorra ao Google e sejam digitadas as palavras certas. Em minutos, se abrirão inúmeras páginas que tratam do mesmo assunto por perspectivas diversas, em registros recentes ou datados de muito tempo. O volume de informação disponível na internet sobre qualquer assunto é assustadoramente grande e inapreensível.

Em um artigo intitulado “Esperança e excesso”¹, o pesquisador Paulo Vaz menciona a diferença histórica na quantidade de informação disponível para um indivíduo do nosso tempo em relação a um indivíduo do Século XVIII. Os dados, segundo ele, são aproximações duvidosas, mas valem como reflexão e é por isso que eu os menciono aqui. Paulo Vaz retirou as informações do livro “A tirania da Comunicação”², publicado em 1999, na França. Nele, Ignacio Ramonet diz que:

Um único exemplar da edição dominical do New York Times contém mais informação do que a adquirida ao longo da vida por um indivíduo culto no século XVIII. A cada dia, igualmente, cerca de 20 milhões de palavras de informação técnica são impressas sobre diversos suportes (revistas, livros, disquetes, CD-Rom). Mesmo alguém que leia mil palavras por minuto durante oito horas por dia precisaria de um mês e meio para ler as informações difundidas num único dia. E depois de ler tudo, teria acumulado um atraso de cinco anos e meio de leitura... Um novo sábio morreria asfixiado sob o peso das informações disponíveis. (VAZ, 2013, p. 189)

Considero o excesso de informação um aspecto importante para abordar o tema desse evento – Redes Sociais e Memória Institucional – especialmente porque memórias são também informações disponibilizadas por meio de estratégias comunicacionais. Não pretendo tecer longas considerações sobre memória do ponto de vista da pesquisa

¹ Publicado no livro “Tramas da Rede”, organizado por André Parente. VAZ, Paulo. Esperança e excesso. In: PARENTE, Andre (org.). Tramas da rede. Novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2013.

² Esse livro foi publicado no Brasil em 2007. RAMONET, Ignacio. A tirania da comunicação. São Paulo: Vozes, 2007.

acadêmica ou de um campo de saber específico. Tampouco vou me referir à memória como atividade cognitiva complexa do ser humano. Falo sobre o tema a partir do lugar de alguém que tem se dedicado a tentar compreender um pouco melhor o que ocorre nas subjetividades humanas e nas maneiras como os sujeitos se constituem em tempos de conexão em rede.

Memória, a partir de um dos lugares que ocupo, deve ser entendida como uma produção cultural – um artefato cultural –, como um processo, como criação e como prática. Quando digo prática, me refiro à memória enquanto exercício de resgate da experiência, uma prática que produz coisas, sentimentos, sensibilidades e subjetividades. E que produz também efeitos de memória que abalam estruturas, que desinstalam certezas, que nos deslocam e ao nosso modo de pensar. Uma prática em que o vivido e o narrado se encontram e se afastam; se alinham ou se desalinham. Há mais caos e desordem do que ordem e harmonia quando as memórias estão em jogo.

Podemos nos lembrar de quantas vezes fomos surpreendidos com algum fato contado sobre nós, seja por algum familiar a lembrar uma peripécia de quando éramos crianças, seja por um colega da faculdade ou do trabalho resgatando uma gafe ou uma impropriedade de uma época da qual já não nos lembramos mais com tanta clareza. São episódios que fazem parte do passado e que nos constituem enquanto sujeitos datados e contextualizados. São parte do que se constituem as memórias no tempo presente. Uma vez resgatadas essas lembranças, por meio de narrativas, o passado se reconstrói e essa construção no presente não é o passado revivido, representado. No máximo, trata-se de fragmentos de um passado resgatado por meio de processos que envolvem agentes mediadores múltiplos.

Nesse ponto da minha fala, devo dizer que não persigo certezas, tampouco as considero produtivas. Os caminhos que aponto aqui são considerados por mim, e desejo que sejam compreendidos por vocês, como transitórios, ainda que sejam assumidos como verdadeiros ou mais adequados em situações específicas. Teço aqui considerações sobre alguns aspectos que se relacionam – pelo menos no processo de articulação que decidi colocar em operação nessa fala – ao tema desse evento. O que proponho não é um modo ou uma forma de produzir memórias – até por não acreditar em modos únicos ou fórmulas prontas. Proponho uma reflexão sobre os sentidos da memória e aponto

algumas possibilidades – entre tantas outras – para sua produção e resgate numa época em que tudo parece disponível o tempo todo, bastando que estejamos conectados à internet.

Destaco alguns aspectos importantes para a abordagem que proponho. Um deles é que ao ser reconstruído – e não apenas recontado – o passado se constrói enquanto narrativa e incorpora novos elementos que lhe darão sentidos diversos. Não podemos nos esquecer, obviamente, que nem tudo será lembrado. Há eventos que serão esquecidos, simplesmente porque lembrar supõe também esquecer. Memórias são constituídas de lembranças e de esquecimentos, de falas e de silêncios. Outro aspecto a ser destacado é que não são apenas nossas lembranças pessoais, individuais, que constroem o fato do qual somos ou não protagonistas. O que vivemos e experimentamos – e que lembramos ou esquecemos – é também e, sobretudo, coletividade.

Não cabe aqui estabelecer distinções ou hierarquizações entre memórias individuais e memórias coletivas. Importa saber, como diz a pesquisadora Beatriz Sarlo³, que o passado não pode ser convocado, simplesmente, por um ato de vontade. Resgatar o passado sugere negociações múltiplas e que, sem que se perceba, soam como naturais e autorais, conferindo a este mesmo passado um lugar fixo, estável e de fácil acesso. A pesquisadora Beatriz Sarlo nos lembra ainda que não há entendimento fácil entre o passado e sua reconstrução. Ela diz que:

O passado sempre será conflitivo. A ele se referem, em competência, a memória e a história, porque a história nem sempre pode acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstrução que não coloque no centro os direitos de recordar (direitos de vida, de justiça, de subjetividade). Pensar que poderia dar-se um entendimento fácil entre estas perspectivas sobre o passado é um desejo e um lugar comum. (SARLO, 2005, p. 9)⁴

Para essa autora, há algo intratável no passado, que se tenta calar ou silenciar, mas ele sempre está muito próximo, como que à espera que uma recordação o resgate e são vários os atores a participar desse jogo. Somos por acaso, ou por escolha do narrador, protagonistas ou personagens secundários. Mesmo sendo protagonistas, somos também

³ SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión*. 1ª edição. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2005

⁴ Tradução minha.

aqueles que sofrem, que sentem o peso e a leveza das memórias que nos chegam ou que construímos.

Não se permite, por meio da memória, ainda que o façamos quase sempre, que se almeje um lugar de origem, um lugar privilegiado que guarde memórias de um sujeito isolado e estático. As memórias não ficam guardadas tal e qual fotografias em uma caixa empoeirada, em cima de um armário. Memórias não são como fotografias, depositadas na caixa e que podem ser retiradas uma a uma. Memórias são ressignificações, são sentimentos, são tudo o que experimentamos quando somos tocados por cada uma daquelas fotografias. É bem verdade que a caixa de fotografias foi substituída, nos dias de hoje, por um conjunto de pastas guardadas na nuvem, uma espécie de caixa pós-moderna que precisa de *login* e senha para ser aberta.

Quando falamos de memória do ponto de vista institucional, podemos nos alinhar à ideia já consolidada de que é preciso preservar as memórias. Conferimos a elas um caráter instrumental e útil. As fotografias guardadas na caixa ou na nuvem são em primeira instância as memórias que temos de nossa infância, de nossa adolescência, dos nossos amigos, de um tempo que já passou. No caso das instituições, são produzidas informações que remetem a um tempo passado, a uma “história” da instituição. Essas memórias são resgatadas (reconstruídas) por meio de livros, documentos, imagens, fotografias, objetos, personagens.

Esse resgate e essa organização ocorrem de tal forma que outros possam participar como expectadores. Daí, os museus, as coleções, as bibliotecas, as exposições, os eventos e, mais recentemente, os acervos digitais. Nesse momento, quando organiza esse seminário, o Ministério Público do Espírito Santo produz objetos que irão, mais tarde, resgatar esse momento que faz parte de sua história e de sua memória. Serão resgatados, provavelmente, os registros que se tem do evento, o número de participantes, os anais, as fotografias, o que se disse sobre ele por meio da imprensa.

A memória, então, irá se aproximar da história, a história “verdadeira”, institucionalizada e, por isso mesmo, merecedora de crédito *a priori*. Mas, com certeza, quem participa como audiência nesse momento e que, portanto, faz parte desse momento, não fará, necessariamente, parte da memória institucional que será preservada

e poderá ser resgatada. Isso nos leva a considerar, então, a impossibilidade de qualquer pretensão à totalidade da memória.

As pequenas rupturas, os resmungos, as avaliações ao pé do ouvido, o tédio ou o êxtase são pequenos eventos que não estarão registrados oficialmente. Esse modo de pensar leva a deslocamentos que posicionam a memória no interior das tensões produzidas por relações de poder entre a instituição, suas próprias memórias e o contexto no qual serão narradas as lembranças que se tem dela. Podemos falar em jogos de tensões em que as memórias são negociadas. Construir memória institucional é uma disputa, um jogo em que deslizam múltiplos interesses e múltiplas possibilidades.

Nesse processo, não basta produzir informação, fazê-la circular e armazená-la em ambiente acessível. A informação por si só não é suficiente para a produção da experiência se não houver, a partir dela e com ela, algum desconforto, alguma mudança, algum deslocamento. Então, outra consideração que faço é que não há uma memória pronta a ser resgatada, não há dados prontos que nos digam: isso é a nossa memória; isso é o que, de fato, se passou; essa é a memória dessa instituição. Esses dados estão dispersos, como coisas, como notícias, como eventos, como informações, como documentos, como imagens, como conversas no corredor ou no café e só adquirem algum sentido quando organizados de forma a contar uma história peculiar sobre determinado fato.

Temos perguntas nada fáceis de serem respondidas, mas que o são, muitas vezes, por estarem inseridas em uma ordem discursiva natural sobre o passado e sobre o que deve e pode ser dito. O que vale a pena lembrar? O que precisa ser lembrado? O que há de importante para lembrar? Nesse momento, voltar-se para as certezas oferecidas pelo tempo linear parece o caminho igualmente natural a ser seguido. São produzidas linhas do tempo, organiza-se a memória em compartimentos, selecionam-se aspectos e personagens.

Eu não sei se poderia ser diferente, que fique bem claro, para que não pensem que estou aqui a desconsiderar todo o trabalho que tem sido feito por esta ou outras instituições no empenho para produzir e preservar as memórias. O que digo aqui deve ser entendido como uma provocação, como uma possibilidade de reflexão ou para a constatação de

que não serve pra nada. Não há verdades absolutas aqui, volto a dizer. O que há são experiências vividas pelos sujeitos, que permitem a produção de memórias e também o esquecimento.

As narrativas produzidas carregam, inevitavelmente, as marcas dos sujeitos que dela fazem parte e não podemos deixar de registrar que memórias institucionais estão inscritas em relações de poder dentro e fora das instituições. E uma vez que as memórias são marcadas pelas condições sociais, culturais, econômicas e políticas de seu tempo, olhar para o passado sempre será uma ação do presente, com os pés no presente. Será sempre um olhar que não tem limites para retroceder, mas que encontra seus limites nas condições subjetivas em que as memórias são ressignificadas. Encontra limites nas relações de poder que operam no momento em que elas são resgatadas. Lembrar e esquecer são práticas que ocorrem em meio a relações de poder.

A memória institucional está relacionada à experiência dos sujeitos, daqueles a quem se atribui a tarefa de organizar o que deve ser lembrado, preservado, resgatado. O sujeito reconhece uma imagem do passado e a fixa no presente como memória. Pensar na experiência do sujeito contemporâneo supõe pensar em um sujeito conectado, um sujeito atravessado por imperativos como velocidade, efemeridade e relações com o tempo e o espaço muito peculiares. Jorge Larrosa⁵ diz que a experiência é aquilo que se passa, aquilo que toca.

A memória institucional luta por representações, por uma identidade que lhe seja própria e que seja identificável com sua missão e seus valores. Podemos chamar essa produção de sentidos de experiência. Nós nomeamos e atribuímos sentido por meio da experiência, que é também um processo relacional. Nessa produção de sentidos – que se dá em múltiplas direções – há uma tentação de buscarmos o universal, o essencial que estaria ligado não apenas às pessoas e a uma suposta natureza humana, mas às significações que atribuímos às organizações por exemplo.

⁵ BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação (on line), 2002, n. 19, p. 20-28. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000100003&script=sci_abstract&tlng=pt.

Buscamos um essencialismo nas instituições da mesma forma que buscamos no ser humano. Ocorre que estamos em movimento, estamos nos deslocando o tempo todo e as experiências são fluídas, estão também em movimento. A experiência essencial, a qual se supõe possa ser vivida por “todos” indistintamente, não comporta a diferença, as muitas possibilidades de narrar o passado, de ressignificá-lo no presente.

O que eu percebo, a partir dessa ideia de experiência do sujeito, é que aquilo que nos passa não, necessariamente, nos toca. A experiência parece ganhar novos contornos a partir do momento em que se consolida virtualmente nas redes sociais digitais e, desmaterializada (sem corpo), se constrói coletivamente, uma vez que estamos fadados a vivê-la eternamente, nos registros, nos rastros deixados no ambiente digital. Essa ideia dos rastros nos permite pensar as memórias de outras maneiras, uma delas a partir do que não está fixado ou pronto num artefato cultural mais tradicional, como um jornal, uma exposição, uma galeria, um museu ou ainda em um arquivo de documentos.

Sabemos que no nosso tempo ampliaram-se muito os espaços de memória e também os mecanismos usados para seu resgate e sua preservação. O que se constitui de memória nas redes sociais digitais se propaga de forma imprevisível e incontrolável. Eu arriscaria dizer que as redes sociais digitais – e estou falando muito especificamente do Facebook, por ser o lugar onde desenvolvo minha pesquisa de doutorado – não são, necessariamente, lugares de memória, mas lugares de experiência, de interação.

Ao fazer uso das redes sociais digitais – e eu insisto na terminação digital para deixar claro que estamos tratando de um modo específico de formação de redes e que as redes sociais não são também uma peculiaridade da internet e não surgiram com os sites de redes sociais – estamos produzindo conteúdo e gerando vínculos, estamos, em certa medida, moldando e sendo moldados. Não estamos apenas produzindo em rede, estamos vivendo em rede, ainda que neste momento eu esteja promovendo uma simplificação desse conceito.

As redes sociais digitais – e não apenas elas – são locais de produção de subjetividades e de experiências. No lugar de guardar ou preservar memórias, há, no ambiente digital, uma continua produção do tempo presente. Uma vez postado no ciberespaço, não se pode prever ou controlar o fluxo da informação. Tampouco se pode medir algum tipo de

alcance apenas a partir do número de acessos ou de compartilhamentos, ainda que esse seja um expediente muito comum, principalmente entre profissionais de marketing. A memória guardada nas mídias sociais torna-se memória sempre aberta a intervenções. Há sempre o risco – e a possibilidade – de contestações, de dúvidas, de questionamentos, de interrupções, de retornos. A história linear e o resgate de fragmentos do passado não são suficientes – e nunca serão – para compor um retrato do passado na cultura conectada em rede.

É claro que as notícias, as informações, os dados sempre se propagaram na cultura de massa e não podemos cair na falácia de acreditar que esta é uma característica da internet, da cultura digital. O que muda, hoje, me parece estar muito mais relacionado ao “como” e ao “tempo”. Tudo se propaga muito rápido e se antes, na cultura de massa, era possível saber – ou pelo menos estimar – quantos leitores um jornal teve ou quantas pessoas assistiram a um programa de televisão, a internet e as mídias sociais mudaram drasticamente estas certezas.

Uma vez produzidas e postadas na página da instituição no Facebook haverá intervenções, interrupções, questionamentos, desconstruções. Um simples comentário, curtida ou compartilhamento pode ser suficiente para que um assunto se torne viral, se propague. Não é à toa que muitas instituições têm fugido das redes sociais, por mais surreal que isso possa parecer. Há, inclusive, um movimento entre grandes veículos de comunicação no sentido de fecharem seus espaços para comentários dado o volume e o teor das mensagens postadas.

O que muda para as organizações? Seria pretensão dizer que tenho respostas. Posso apenas sugerir que há mudanças muito profundas na relação das instituições com o tempo, com o passado, com a maneira como os fatos são registrados e principalmente nos critérios que têm sido usados para a seleção daquilo que merece registro. As memórias não mais estão no passado à espera de ser resgatada no futuro. O tempo presente precisa e pode ser registrado a cada minuto. Nesse momento, é possível que alguém, neste auditório, esteja postando uma imagem desta mesa e informando o que está acontecendo aqui. Essa memória institucional – que eu acredito não possa mais ser grafada, pensada ou materializada no singular – não mais é construída a partir da instituição, mas com a

instituição e apesar da instituição. Com isso, mudam as percepções do que seja importante.

O registro desse evento será feito e disponibilizado daqui a algum tempo pela instituição, no formato de um livro, de um relatório, no qual constará o que foi considerado importante, como já disse. Mas, há outro registro que está circulando na rede social digital, nas mídias sociais, e que está sendo continuamente ressignificado, reelaborado e retomado. A história está sendo contada à queima-roupa – pra usar uma expressão do pesquisador norte-americano Robert Park⁶, numa referência ao jornalismo – e são muitos os sujeitos em condições de contá-la por meio das redes sociais digitais.

Nesse ponto, já me aproximando do limite do meu tempo, volto às perguntas que fiz poucos minutos atrás: o que merece ser lembrado? O que é importante ser lembrado? Como deve ser lembrado? E retomo também a ideia de que a memória é uma construção cultural. Considero ser esse aspecto dos mais importantes quando propomos articular memória e redes sociais digitais, uma vez que são processos que ocorrem no momento mesmo em que práticas culturais são possíveis e se constituem como naturais na sociedade. É no interior das culturas presentes que se constrói o passado, que se deu em outros momentos, em outro contexto, mas que supomos esteja lá, do mesmo jeito, a ser capturado.

Pensar a partir da perspectiva da memória como cultura nos leva a questionar não apenas o que está dito, mas as condições em que algo pode ser dito hoje e como algo pôde (ou não) ser dito ontem. Quais as condições que permitiram à palavra ser dita e significada no passado e em que condições ela será resgatada para se constituir em memória hoje? Um episódio recente me parece especialmente bom para pensar sobre esse resgate da palavra e de como uma vez resgatada ela produz sentidos outros do que aqueles atribuídos em tempos passados.

Ao visitar um bairro na periferia da cidade de São Paulo, o prefeito eleito João Dória afirmou que doaria seu primeiro salário para “as crianças defeituosas”, numa referência

⁶ PARK, Robert E.A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento.In: STEINBERG, Charles S. (org.) Meios de comunicação de Massa. 2a Edição. Editora Cultrix. São Paulo – SP,1972

à AACD, Associação de Assistência à Criança Deficiente⁷. O fato foi amplamente noticiado por jornais, emissoras de televisão e também por portais, blogs e redes sociais digitais. Não pretendo aqui tentar encontrar o que está por trás do dito pelo prefeito eleito, se ele cometeu uma gafe, se foi um ato falho, falta de conhecimento ou simplesmente um modo de pensar que ele manifesta.

O que ele disse, penso, está na superfície mesma de uma ordem discursiva que se apresenta já na sua decisão de doar todo o seu salário durante 48 meses como prefeito da maior cidade e maior colégio eleitoral do Brasil. O que Doria faz é resgatar, a partir da experiência que ele tem do presente – e que é também uma experiência cultural e compartilhada – uma expressão usada no início das atividades de AACD e que, na época em que a instituição foi criada, não soava como fora de lugar. Em 1950, quando a associação foi criada a palavra “defeituosa” pôde ser pronunciada e dar nome à instituição.

Hoje, após as diversas lutas dos movimentos de pessoas deficientes, a palavra caiu em desuso porque carrega sentidos que não se alinham mais à realidade dos nossos dias. Temos, então, que nos perguntar quais eram as condições em que a palavra “defeituosa” foi usada há 50 anos e em que condições ela sofre uma espécie de interdição nas redes sociais e não se permite mais ser usada ou referida nos dias de hoje. Esse episódio me parece especialmente interessante para pensar nas marcas e nos rastros deixados pelas instituições no ambiente digital e nas condições em que esses rastros serão seguidos, recuperados, ressignificados. Será a partir desses rastros também que as memórias serão construídas.

Uma das coisas que Jorge Larrosa nos propõe ao falar sobre experiência é que há uma necessidade o tempo todo de fixar a palavra (e as memórias), mas há, igualmente, a necessidade de desnaturalizar a palavra, de percebê-la provisória, instável. Larrosa propõe separar experiência de informação e faz isso por um motivo: segundo ele, vivemos uma compulsão por informação e esse excesso impossibilita a experiência.

⁷ João Dória, candidato do PSDB, foi eleito prefeito de São Paulo, em primeiro turno, nas eleições municipais de 2016. Um dos registros sobre o episódio que menciono aqui pode ser encontrado em <http://oglobo.globo.com/brasil/doria-diz-que-vai-donar-seu-primeiro-salario-criancas-defeituosas-20333431>

Então, um deslocamento importante que eu acredito que esteja ocorrendo com as mídias sociais é ideia de que as memórias precisam ser resgatadas já e não no futuro.

Há uma urgência, um imperativo do registro, da colaboração e da participação. Um fetiche pela informação e não pela experiência. O sujeito da cultura conectada em rede é um sujeito que detém uma possibilidade impossível de ser imaginada pelo sujeito da cultura de massa. Ele tem a possibilidade de romper o silêncio, de opinar e de se manifestar. Ele tem acesso a uma quantidade de informação impossível de ser processada, como já mencionamos no início desta apresentação. Sua opinião é rápida, não se dá após longas reflexões, porque o tempo, a velocidade, a efemeridade são características desse tempo e são também elementos a constituir sua própria identidade. Encerro com as palavras de Larrosa⁸ sobre o tempo e a experiência.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (LARROSA, 2002. p. 24)

⁸ BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução João Wanderley Geraldi. Revista Brasileira de Educação (on line), 2002, n. 19, p. 20-28. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000100003&script=sci_abstract&tlng=pt.